

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1.973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ato da 72.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 16 de Maio de 1973. (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Igo Losso, Lázaro Dumont, Marciano Baraniuk, Olavo Ferreira, Paulo Poli, Wilson Brandão e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Votos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

PROPOSIÇÃO N. 120-73 — Veto apostado ao Projeto de Lei n. 105-72, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que declara de utilidade pública, o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 17, às 14.00 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 121-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 73.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 16 de Maio de 1973. (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Domicio Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Domicio Scaramella e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel, Igo Losso, Lázaro Dumont, Marciano Baraniuk, Olavo Ferreira, Paulo Poli, Wilson Brandão e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.os 101, 102 e 103-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.os:

41-72: Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo, a denominar "Professor Edgar Távora", o Estabelecimento de Ensino de segundo grau sediado nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.401. — Agradeça-se.

131-72: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública, o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal, de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.397. — Agradeça-se.

289-71: Do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palmas, o Rolo Compactador com características que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.398. — Agradeça-se.

135-70: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Mandaguari, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.399. — Agradeça-se.

167-72: Do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a Sociedade Educacional Tuiuti, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.400. — Agradeça-se.

Sob o n. 83, do Senhor João Bosco Ramos de Lima, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, encaminhando cópia da indicação n. 10, de autoria do Senhor Deputado Washington Stepfano, aprovado por aquele Poder, no que se refere ao Projeto apresentado pela Câmara Federal, de autoria do Senhor Deputado mineiro Fábio Fonseca, modificando a legislação que rege a Loteria Esportiva, com o fim de elevar de Cr\$ 2,00 para Cr\$ 3,00 a aposta mínima, ficando esse Cr\$ 1,00 adicional retirado nos Estados onde estiver sendo explorada e distribuída de tal maneira que poderá ser resolvido o problema financeiro de quase todos os grandes clubes, de futebol. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 207-73, do Senhor Cesar Luiz Fantinel, Prefeito Municipal de Clevelândia, comunicando que em 4 do mês próximo passado, assumiu aquele cargo, no impedimento de seu titular que se licenciou para tratamento de saúde. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 32-73, do Senhor Brig. do Ar — Nelson Dias de Souza Mendes, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, congratulando-se com a nova Mesa Executiva deste Poder. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 1-73, do Senhor Sabino Neves Vieira, comunicando haver assumido o cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.os 22-73, — 25-73 — 48-73 — 56-73 — 58-73 — 57-73 — 71-73 — 79-73 — 80-73 — 84-73 e para os Projetos de Resolução n.os 28-73 — 25-73 — 15-73 — 23-73 — 16-73 — 17-73 — 18-73 — 30-73 — 27-73 — 26-73 — 24-73 — 31-73 e 32-73 e para as Proposições n.os 1-73 — 21-73 — 88-73 — 99-73 — 101-73 — 103-73 — 104-73 — 105-73 — 110-73 — 112-73 — 114-73 — 113-73 — 118-73 e 119-73.

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da próxima Sessão, para o Projeto de Lei n. 46-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, usando de suas atribuições e na forma regimental, requer o registro em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Baleeiro, ocorrido na última sexta-feira, na cidade de Jandaia do Sul.

O extinto era pai do Professor Jorge Baleeiro, ilustre Diretor do Ginásio de Marumbi, e um dos fundadores da cidade de Jandaia do Sul, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade daquela região.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento da manifestação da Casa à família enlutada, expressando-se-lhe, através de mensagem telegráfica, as condolências desta Assembléia, pelo falecimento daquele prestante cidadão. Sala das Sessões, em 16 de maio de 1973.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando que este Poder Legislativo, recentemente, através de Sessão Especial, homenageou os integrantes da Constituinte de 1935;

Considerando que nos idos de 1947, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como os demais Poderes Legislativos estaduais brasileiros, também serviu de palco para uma nova Constituinte, já que o País saía do Estado Novo;

Considerando que homenageados os Constituintes de 1935, é dever nosso homenagear os de 1947, os quais contribuíram também com uma página importante na história de nosso Estado.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja marcada, por esta Presidência, data para a instalação de uma Sessão Especial, destinada a homenagear os Constituintes de 1947, em especial o Senhor João Chede, que exerceu a Presidência desta Casa de Leis, na ocasião.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1973.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, usando de suas atribuições parlamentares, requer, consultado os demais Senhores Deputados, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Coronel Mário David Andreazza, solicitando providência do seu Ministério visando a abertura de concorrência pública para o imediato asfaltamento da estrada Mauá-lvaiporã.

Trata-se de trecho de aproximadamente 90 quilômetros cujo asfalto virá trazer grandes melhorias de escoamento da safra agrícola dos Municípios de Faxinal, Grandes Rios, Jardim Alegre, Ivaiporã e Manoel Ribas, Municípios que integram o maior celeiro agrícola do Paraná. O transporte das safras sofre constantes prejuízos, chegando a ficar paralisado nos dias chuvosos, como consequência da falta de melhoramento ora solicitado ao Ministro Mário Andreazza.

A execução desse asfalto vem sendo aguardada há vários anos, sendo de fundamental importância para impulsionar o desenvolvimento de tão vasta área, bem como valorizar o trabalho do homem do campo, carente de melhores rodovias naquela região.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja, encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Coronel Mário Andreazza, Digníssimo Ministro dos Transportes, solicitando-lhe se digne determinar efetivação de estudos visando construção de ramal ferroviário de conexão entre a cidade de Jaguariá, Pr., e a ferrovia Ponta Grossa-Itapeva, SP.

2.º — seja, desta decisão, encaminhadas cópias autênticas de inteiro teor aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Jaguariá, Pr..

3.º — seja, ainda, desta decisão, encaminhadas cópias de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, o Senhor Ministro dos Transportes presidiu cerimônia de inauguração da ferrovia que liga aquela cidade à Ponta Grossa, em nosso Estado, obra de real sentido econômico para a região pois aquela estrada de ferro servirá de escoadouro da produção agrícola de vários Municípios do Norte pioneiro do Paraná.

Não obstante, o traçado da ferrovia Itapeva-Ponta Grossa, poderia, para que a obra tivesse maior ênfase na economia regional ter seguido no sentido de Jaguariá e daí a Ponta Grossa, pois que aquela cidade é polo da micro-região homogênea n. 7, integrada ainda por Arapoti e Sengés, com área de cerca de 4 mil quilômetros quadrados e em contacto direto com a micro-região n. 6, integrada pelos Municípios de Castro, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Tibagi, com área de 11 mil quilômetros quadrados sendo que todos estes Municípios têm significação no contexto econômico estadual pela produção agrícola e pecuária e, em alguns deles, industrial. Além do mais, Jaguariá em relação aos Municípios de Ibaté, Pinhalão, Tomazina, Wenceslau Braz, Salto do Itararé, Joaquim Távora, Carliópolis, Curiúva, Siqueira Campos e Quatiguá, é ponto natural de convergência para escoamento de toda a produção do Norte pioneiro do Estado, justificando-se, por isso, a construção do ramal de conexão com a estrada de ferro Itapeva-Ponta Grossa, que daria uma nova dinâmica no processo de desenvolvimento regional, notadamente agora que são fartos os recursos financeiros do Governo Federal para obras que integrarão no Estado o sistema dos "corredores de exportação".

Assim, o presente requerimento tem um significado que ultrapassa a justa reivindicação de apenas um Município Jaguariá, para situar-se no plano mais amplo de atendimento aos interesses de toda uma região — Norte Pioneiro — com densidade demográfica das mais elevadas do Estado, com produção agrícola diversificada, agropecuária em grande evolução e indústria extrativa em crescente produtividade, com suporte em rede bancária de considerável extensão.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade do presente requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos assumando à Tribuna para, em presença de S. Exa. o Sr. Presidente e dos nobres colegas, denunciar um fato que ocorreu nesta Casa com o Deputado que fala neste instante, relativamente ao problema dos guardas de trânsito responsáveis pela fiscalização nesta Assembleia.

Quero confessar neste momento que um ato de violência, de falta de respeito por este Poder foi praticado indiretamente pelo responsável pelo trânsito em Curitiba, o Diretor Marcos Prado.

Obedecemos fielmente a linha de Governo do Governador Parigot de Souza, mas queremos denunciar aqui à Comissão Executiva um fato que está ocorrendo e não deve ser repetido, pelo menos dentro de um país que vive no regime democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem fomos abordados pelo guarda responsável pela fiscalização dos veículos dos Srs. Deputados. Temos apenas uma confissão a fazer: a plaqueta de nosso veículo que corresponde ao emplacamento de 72, havia sido roubada, ou furtada de nosso carro. Interpelado pelo guarda, com o devido acatamento à ordem e à Lei que deve reger este Estado e este País, demos uma fotocópia de todos os documentos ao guarda responsável pela fiscalização. Os documentos originais se encontram em nosso poder. Encaminhamos uma fotocópia a S. Exa. o Sr. Marcos Prado e qual não foi nossa surpresa, hoje, quando acompanhado por 4 Prefeitos de nossa região fomos interpellados por esse mesmo guarda que zela pelo trânsito, e que obedecendo ordens de seus superiores, ou seja, no caso, do Diretor do DETRAN, nos dizia que aqueles documentos não foram acatados por S. Exa. e que ele mandou um de seus assessores para fiscalizar um veículo de um Deputado, quando mostramos uma fotocópia tirada nesta Assembleia Legislativa deste mesmo documento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados estamos aqui apresentando nosso repúdio não a S. Exa. o Sr. Governador de quem somos fieis servidores como Deputado da Arena, mas, apenas, para alertar para que isto não mais suceda e que estas anomalias não sejam debitadas a S. Exa. o Sr. Governador. Se assim nos manifestamos é para que o Sr. Diretor do Trânsito não use e não abuse de seu poder, não use e não abuse o poder que tem de fiscalizar. O que o Sr. Diretor do Trânsito deveria fazer era instruir melhor seus guardas e aos soldados para que não venham multar um veículo que está legitimamente emplacado. Querida Sr. Presidente que meus documentos cheguem às mãos do Sr. Marcos Prado, ilustre Diretor do Trânsito para que ele veja que aos Deputados cabe uma responsabilidade muito grande e devem seguir à risca a Lei e aqui estamos para ser julgados pela Comissão Executiva, por V. Exa. e não para termos nossa atenção chamada por um Guarda de Trânsito na frente de quatro Prefeitos. Se ele fez isto com um Deputado, calculem os Srs. Deputados o que não fará com os coitados dos contribuintes que trabalham e vivem neste Paraná.

Chamo a atenção, neste momento, de todo o Paraná e de todos os Srs. Deputados, não cabe culpa alguma ao Governador. A culpa cabe exclusivamente ao trânsito que é mal orientado, ao policiamento que é mal feito. O que é preciso é que os guardas de trânsito tenham mais educação, tenham mais esclarecimento, façam algum curso de Relações Públicas para que fatos semelhantes não aconteçam com os moradores do Paraná, para que fatos semelhantes não leve a revolta ao Paraná.

Ontem tivemos a satisfação de, humildemente, entregar uma fotocópia de nossos documentos ao Diretor do Trânsito representado pelo Fiscal do Trânsito desta Assembleia. Nessa fotocópia confessamos que a plaqueta foi roubada.

Passamos Sr. Presidente, por um vexame muito grande na frente de quatro Prefeitos que representam a Arena, que representam S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Medidas, Sr. Presidente, devem ser tomadas a este respeito. Não desejo que o guarda seja castigado porque ele é um instrumento deste complexo mal orientado pelo Sr. Diretor do Trânsito que olha as coisas por cima, não olha para o povo humilde de nossa terra, não olha, muitas vezes, para o povo que é multado sem ter carro do ano em que foi multado como ocorreu recentemente e foi divulgado pela imprensa.

Estamos, neste momento, pedindo a S. Exa., Sr. Presidente, representando a douta Comissão Executiva da Assembleia que oficie ao Sr. Diretor do Trânsito. Sr. Marcos Prado, aquele moço que com sua vontade férrea, em sua vontade de querer fazer o que não existe, na sua vontade de querer transformar o Paraná num Estado messiânico, na sua vontade de querer transformar o Paraná num Estado onde os seus caudilhos não de ser subjugados à sua vontade, estamos aqui, pedindo veementemente a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, que haja com o Diretor do Trânsito para que ele institua um curso de relações públicas para seus guardas, que institua um curso de relações humanas, para que o povo tenha no Governador aquele retrato real, e que não seja o Governador, julgado por atos de um Diretor que não tem capacidade de um Diretor que só sabe modificar o trânsito; que dê educação aos seus guardas, e, finalmente, não deverá o Governador ser julgado, por um Diretor que não tem capacidade sequer de dar uma informação à Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa a V. Exa. que resta apenas meio minuto para o término.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para concluir, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente neste momento entrego a V. Exa. e passo a responsabilidade de V. Exa. este documento, para que, oportunamente, V. Exa. discuta com o Sr. Marcos Prado a validade de nossa denúncia.

Se estivermos errados, Sr. Presidente, esta Assembleia, muito bem representada por V. Exa. fará justiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a incumbência de transmitir aos Srs. Deputados, o convite para assistirem a palestra do Dr. Osiris Stenghel Guimarães, Secretário de Viação e Obras Públicas, versando sobre o tema PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO, a realizar-se amanhã dia 17, às 9.30 horas na sede da Associação Comercial do Paraná.

Concedo a palavra, ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito embora não se constitua um privilégio como o primeiro Deputado a levantar a voz nesta Tribuna para regularizar a situação dos contratados ou recebidos, como queiram V. Exas. identificá-los; assim sendo, em agosto de 1970 endereçamos um veemente apelo ao Sr. Governador do Estado, para que Sua Excelência encontrasse uma fórmula de abrigá-los sob um regime legal, a fim de que eles não ficassem identificados como marginalizados, como funcionários sem vínculo empregatício nenhum com o Governo do Estado, e, naquela época nós aventamos a possibilidade de ser criado um quadro auxiliar, para que nele fossem abrigados perto de 8.000 funcionários, que existem em todos os Departamentos do Estado.

Reiteramos o nosso apelo em setembro de 1971, e como não conseguimos encontrar guarida para nossas palavras, hoje novamente o fazemos na forma de um Requerimento acompanhado de uma Justificativa, invocando inclusive um Decreto Lei publicado no Diário Oficial de 31 de janeiro de 1972, Decreto n.º 2.757.

Aproveitamos a oportunidade, para fazermos um ligeiro relato sobre a situação das serventes contratadas pela Secretaria de Educação do nosso Estado.

O nosso Requerimento, Srs. Deputados, está baseado nos seguintes termos: — (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de que Sua Excelência determine providências com o objetivo de se regularizar juridicamente a situação do Pessoal Eventual, que de há muito vem prestando sua colaboração à Pública Administração, hoje um contingente de mais ou menos 7.500 pessoas.

Trata-se de pessoal marginalizado perante a Administração, e que embora amparado pela Lei, ou melhor, pelo Decreto n.º 2.757 de 10 de novembro de 1972, o qual lhe dá assistência médica, hospitalar e dentária através do I.P.E., falta legislação específica que o defina no Quadro Geral de Funcionários do Estado.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1973.

(a) — Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

Não é justo que alguém preste algum serviço ao Estado sem ter qualquer vínculo empregatício, pois que o fato de perceber pelos cofres públicos estaduais, já caracteriza esse vínculo, bem como pela prestação de serviços pois que estão sujeitos a um horário igual ao dos funcionários públicos estaduais, a um regime de trabalho igual, com tarefas definidas.

Com uma legislação que venha definir a situação jurídica do pessoal eventual, onde serão assegurados seus direitos, vantagens e obrigações ter-se-á dado um grande passo no sentido de amparar a essa nobre classe, que não está regida pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, que não menos pela Consolidação das Leis do Trabalho e legislação correlata e ficarão de vés, definidas suas atribuições, e direitos, como férias, aposentadoria, licença para tratamento de saúde, licença para gestante, licença para tratar de interesses particulares, e outras garantias.

Entendem bem os Srs. Deputados, que esta situação aflitiva que atravessam essas serventes, porque como percebem 144 cruzeiros passaram a receber agora 165 cruzeiros. Mas quando ganhavam 144 cruzeiros não havia desconto algum. Hoje, elas recebem 165 cruzeiros com um desconto compulsório de 31 cruzeiros que reduz os seus vencimentos para 134 cruzeiros.

Mas este desconto vem se processando desde o mês de janeiro do corrente ano. Elas receberam até janeiro, a promessa da Secretaria de Educação, de que vai por em dia e regularizar os seus vencimentos dentro do mês em curso.

Mas isso significa que vão ter em janeiro, fevereiro, março e abril, um desconto de 31 cruzeiros, sem que nestes quatro meses tivessem recebido qualquer assistência médica da parte dos INPS.

Onde se viu, descontar 20% dos vencimentos de quem ganha uma quantia irrisória de 165 cruzeiros. Sem ao menos ter direito de assistência pelo INPS.

Estamos pensando em incluir a classe de serventes, é o nosso pensamento, como é também o pensamento daqueles que têm realmente interesse em colaborar com esta laboriosa classe de serventes de nosso Estado, da criação de um quadro especial, para que nele seja incluído quase 8 mil funcionários que são exatamente, aqueles que estão sem o menor direito de ser incluídos no quadro de funcionários que pertencem ao quadro do funcionalismo público do Estado.

Temos informações de que o INPS várias vezes já investiu contra o Estado, por esta situação irregular de empregados, e a mesma coisa está acontecendo com mais 50 ou 100 empregados, sem que cumpram os preceitos legais, os quais os filiados daquela instituição, e nós pela 3.ª vez, estamos defendendo um assunto que achamos de justiça para que seja alterado o Decreto-Lei 2357. Elas estiveram em contatos com o Sr. Governador do Estado que prometeu enviar Mensagem a esta Casa o que aguardamos portanto, é o envio desta Mensagem que virá sanar uma situação irregular, uma situação desumana, que temos certeza, não é do interesse do Sr. Governador, ele, caracteriza-se por um homem de bons princípios, de princípios humanos de princípio legal e o qualificamos como uma pessoa que está querendo cumprir com o seu dever, mas por motivos que nós não sabemos, que desconhecemos até esta data, esta Casa não teve o prazer de receber esta Mensagem.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, Nelson Buffara, o pronunciamento de V. Exa. é muito significativo, porque encerra uma dose de justiça das maiores e demonstra a preocupação que tem V. Exa. como representante do povo, para com uma categoria de trabalho no setor público, que realmente de há muito tempo vinha carecendo de maior atenção. Apenas a título de ilustração ao brilhante pronunciamento de V. Exa., sem querer com isso desviar a rota do seu raciocínio, eu gostaria de afirmar a V. Exa. e à Casa, a par das informações que V. Exa. já deu, que o atual Governo, que encontrou essas serventes percebendo 142 cruzeiros, elevou o vencimento para 165 cruzeiros e com o objetivo de atender a uma antiga e justa reivindicação dessa categoria através do decreto que V. Exa. citou, possibilitou a filiação ao Instituto de Previdência do Estado, decorrendo daí todas as vantagens para elas, que têm os demais funcionários públicos.

Ocorre, Srs. Deputados que, em função desta filiação ao IPE, houve necessidade, pela legislação específica atinente à matéria, de um desconto que no transcorrer deste ano será mais elevado do que nos outros anos, porque há necessidade do pagamento de uma jóia que está sendo descontada apenas neste ano. E, realmente, dos 165 cruzeiros, as serventes estão percebendo apenas 133, porque o restante está sendo descontado na folha de pagamentos para o Instituto de Previdência do Estado. Ocorre que além desse desconto e que significa um benefício para o filiado do IPE, o Governo do Estado adotou uma outra medida de grande alcance social, creio eu, que é o pagamento, durante as férias, para as serventes, que não percebiam; percebiam apenas durante os 8 meses que efetivamente prestavam serviços e durante o mês de dezembro, janeiro, fevereiro e julho, ficavam sem perceber. Através desse decreto e dessa medida, a par do desconto para o Instituto de Previdência do Estado, o Estado também está possibilitando a esta categoria profissional, a percepção de um benefício durante o mês das férias.

Acredito que V. Exa. com este requerimento, pretende do Governo do Estado, uma medida consubstanciando um dos projetos de lei, que estratifique, corporifique legalmente, a situação deste corpo de funcionários. Elas percebem em função das horas de serviço prestado no estabelecimento de ensino, de acordo com um cálculo feito em função do salário mínimo regional e em função do número de horas que permanecem no estabelecimento de ensino.

Era apenas este o esclarecimento e o aparte que gostaria de oferecer ao brilhante pronunciamento de V. Exa.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado Cândido Martins de Oliveira e, efetivamente creio que V. Exa. há de convir comigo, estes 4 meses são irrecuperáveis. V. Exa. disse que elas pagam à guisa de jóia; não sabíamos que existia esta denominação no IPE, sabíamos que existia um desconto por conta do serviço médico.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para um esclarecimento, V. Exa. me perdoe, para o serviço médico há um desconto normal em função do que elas recebem, que é 165 cruzeiros, desconto esse de 16,56 por mês. Para a jóia, durante um ano, 2,56; para o Seguro de Vida, mensalmente 6,00; para a jóia do Seguro de Vida mais 6,00. Tudo somado dá 31,32 e é o que está sendo descontado dos 165,00. Mais um esclarecimento. Esse desconto não é compulsório, não é obrigatório. Hoje estive com o Secretário do Governo tratando desse assunto e por isso tenho estes dados. O desconto não é obrigatório; é facultativo por parte das servidoras.

O SR. NELSON BUFFARA — É claro que as interessadas haverão de querer contribuir para um Instituto de Previdência, seja INPS ou IPE. Muito embora seja opcional todas elas querem contribuir. Mas o que não concebemos, o que não podemos admitir, e acreditamos que V. Exa. há de convir conosco, é que percebam um salário irrisório, um salário de fome. É evidente que eles pagam o número de horas, fazem a redução e encontram a metade do salário mínimo. Então há necessidade de um quadro auxiliar em que elas sejam abrangidas e passem a receber o salário mínimo.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para registrar que estranho profundamente o critério quase que anti-humano do Governo no desconto dessas serventes. Todos sabem, pelo menos é o entendimento do Governo Federal através do órgão de fiscalização nacional, que esse desconto incide a todos os filiados ao INPS em torno de 8%. Acredito que o Governo, ávido de dinheiro para esse Instituto como anda, fez uma legislação que chama de impacto, porque na verdade foi um impacto de retrocesso que está em apreciação na Câmara para que o INPS possua maiores recursos em prejuízo do atendimento já bem deficitário que dá. Lamentavelmente não vejo critério na fixação deste desconto que ultrapassa de 20%. Quando o órgão máximo da Previdência Nacional, que devia servir de padrão para os órgãos de previdência dos Estados, fixa em 8% o desconto teto, vem o Governo do Estado fixar em mais de 20%. Será que é este o teto — pergunto ao Deputado Cândido M. de Oliveira, — que também incide sobre os descontos dos demais funcionários do Estado?

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte do Deputado Sebastião Rodrigues Jr. e, na realidade, este desconto que ultrapassa ao que preceitua a Lei, que é 8%, o Deputado Cândido M. de Oliveira esclareceu que é uma série de contribuições que atingem os 31 cruzeiros. Creio que V. Exa. teria dito que 8% daria Cr\$ 6,00 e fração. Mas o nosso pronunciamento queremos caracterizar dando uma amplitude para que nele se enquadrem todos os funcionários que são contratados, recebidos ou que percebem por tarefas. Esses assinam folhas separadas e no caso de morte não tem o auxílio funeral. A

pretensão é justa e humana porque o que eles querem, muito embora o Governo não reconheça, é a criação de um quadro auxiliar. Existem muitos que já possuem 12 anos de serviço, mas não se importam em perder esses anos todos, desde que seja registrados pelo regime CLT, ou enquadrados nos quadros funcionais do Estado.

E o nosso requerimento é no sentido de que S. Exa., o Sr. Governador mande Mensagem nesse sentido, para que possamos votar em regime de urgência urgentíssima, para que se resolva a situação desses quase oito mil funcionários que são os marginais do Estado, que vivem sem qualquer amparo do Governo do Estado, muito embora prestem serviços como os demais funcionários.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, segundo orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de usar da palavra no Pequeno Expediente, mas por solicitação do ilustre Deputado Nelson Buffara, deixamos para fazê-lo no Grande Expediente.

Inicialmente, desejamos aqui prestar o esclarecimento que se faz necessário ao ilustre Líder do Governo, Deputado Cândido Martins de Oliveira, com referência aos pronunciamentos feitos, na tarde de ontem, quando em resposta a alguns pronunciamentos nossos proferidos nesta Tribuna, salientava o nobre Deputado que estávamos tendo uma idéia imaginosa a respeito do aumento de salário, e também a respeito do Plano de Diretrizes e Diagnóstico do Governo do Estado.

Com respeito a esse propalado Plano de Governo, gostaríamos de dizer a S. Exa., que pretendíamos dizer, ontem, mas em virtude dos debates acalorados que se desenrolaram deixamos de dizê-lo, que assistimos pela Televisão Iguaçu, Canal 4, um filme feito por ocasião de uma reunião do Secretário do Governo, Ivo Moreira Simas, com elementos de uma firma especializada, e dizia o noticiário que o Governo estaria propenso a contratar uma firma para, agora, analisar os efeitos do Plano de Diretrizes e Diagnósticos do Governo. E foi exatamente por isso que comentamos, ontem, esse fato. Chegamos até a manifestar nossa opinião de que a profissão liberal que mais se enquadrava ao atual Governador do Estado seria a de médico e não engenheiro, como S. Exa. é. Porque, estamos presenciando, no Paraná, muitos planejamentos sobre aquilo que o Governo do Estado deve realizar. Os planos confeccionados devem ter custado uma fortuna, o Governo não esclareceu isso. E nós ficamos apenas na previsão do custo desse plano. E agora, caso vingue, e venha a se confirmar aquilo que presenciamos na Televisão Iguaçu, que uma firma viria a fazer um estudo sobre os efeitos desse Plano...

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, apenas a título de esclarecimento, devo informar a V. Exa. que, provavelmente, a notícia divulgada pela TV Iguaçu, Canal 4, e ouvida e vista por V. Exa., deveria se referir à assinatura de um convênio que foi celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério do Planejamento.

O SR. ANTONIO BELINATI — Foi antes dessa assinatura.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Porque convênios dessa natureza, com o Ministério do Planejamento foram firmados com todas as Unidades federativas do Brasil, pagando a implementação desse convênio, através de concorrência pública, fiscalizada pelo Ministério do Planejamento, no sentido de que os Estados se estruturarem em condições estaduais de planejamento e, se necessário, contratem firmas para fazer a reforma administrativa dos Estados. Portanto, o Governo do Estado não estará dispendendo um centavo sequer, porque é dinheiro do Governo Federal.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço a V. Exa. e devo salientar bem que o filme que vimos foi bem anterior à vinda do Ministro Reis Veloso à Curitiba, mas de qualquer forma estou prestando esse esclarecimento para ressaltar bem que não temos nenhum poder de tele-magnetismo. Vimos pela TV e naturalmente a TV deve guardar todo material jornalístico, então lá devem estar os tapes para quem quiser ver.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — O convênio foi realizado também vários meses antes da vinda do Ministro.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado. Com respeito ao aumento de vencimentos, que o nobre Líder do Governo aparteu ontem o Deputado que está na Tribuna, para dizer a nossa opinião sobre o aumento, o que nós ouvimos e acredito que todo Paraná saiba, é que o Sr. Governador do Estado estaria propenso a dar 6% ao funcionalismo a partir de maio e o restante do aumento a partir de outubro. É evidente que, como Deputados da oposição não temos assim muita facilidade de estar toda hora no Palácio, como os demais Deputados do Governo, para saber do Governo se a notícia é verdadeira ou não. No entanto, queremos aqui dizer que o que se fala hoje, é não mais 6% a partir de maio ou de outubro. O que se fala é que o Governador, como sempre, se mostra intransigente em suas idéias, mandaria uma Mensagem de aumento ao funcionalismo a partir de outubro, quando será completado 1 ano da vigência do último aumento concedido ao funcionalismo público.

Poderia algum Deputado ocupar a Tribuna para fazer alguma afirmativa, ou o Sr. Governador pela assessoria de imprensa, está aí toda imprensa à disposição do Sr. Governador para desmentir o Deputado, ou quando não seja com o propósito de desmentir o Deputado, mas para esclarecer a opinião pública com respeito ao aumento.

O Palácio Iguaçu permanece no mais absoluto sigilo, silêncio em tudo, informação nenhuma a respeito do aumento para os funcionários públicos. E aqui Deputados do Governo têm nos garantido que o aumento só virá a partir de outubro. Os meios legais para orientar o funcionalismo, o Sr. Governador possui, que é a própria imprensa, que daria a mais ampla cobertura, sem onerar os cofres públicos.

Vemos o próprio Estado do Paraná com uma campanha publicitária que, acreditamos, até depõe contra o Paraná, a campanha "Paraná é um dever, estamos cumprindo". Em determinada parte da propaganda aparecem umas crianças, uns escolares acenando uma bandeirinha com tamanha má vontade que qualquer espectador percebe, que aquilo é uma encenação, mostra o Paraná parado até na publicidade, que acaba se tornando negativa para nosso Estado. É uma campanha que não terá assim nenhum efeito benéfico para nosso Estado. Essa campanha "Paraná é um dever, estamos cumprindo", quando há tanta coisa que não se cumpre no Paraná, que o povo fica até impressionado com esse estardalhaço publicitário que vem sendo feito através dos Canais de Televisão, das emissoras de rádio e dos principais jornais. É exatamente com esta finalidade quando o Estado passa por cima de uma Lei não pagando para uma zeladora nem a metade do salário mínimo, ignorando ou ferindo propositalmente a Lei do Salário Mínimo e a Consolidação das Leis do Trabalho, quando o Governador presenciou o aumento para os Servidores Federais e o aumento do salário mínimo para todo o País, aqui em nosso Estado nada de oficial se ouviu com relação ao funcionalismo público.

Gostaríamos, Sr. Líder do Governo, de apelar para que um Pedido de Informações que estamos encaminhando seja aprovado para mostrar que no Paraná o Governador não tem medo da verdade, não tem nada a esconder da opinião pública.

O requerimento tem a seguinte redação: (Lê) —
"Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado o seguinte Pedido de Informações:

1) Quanto o Governo do Estado do Paraná dispendeu no ano passado em publicidade nos órgãos de divulgação do Paraná e de outros Estados?

2) Quanto vai custar aos cofres públicos a atual campanha que se promove sob o título: "Paraná é um Dever, Estamos Cumprindo"?

Sala das Sessões, 16-05-73.

(a) — Antônio Belinati".

A Bancada minoritária nesta Casa, pois somos nove Deputados da oposição contra trinta e oito da bancada situacionista, gostaria de apelar para a Bancada majoritária que aprovasse este nosso Pedido de Informações para que o Sr. Governador dissesse a esta Casa, que é a Casa do Povo, quanto o Paraná vai gastar em "propaganda". Acreditamos que não há nada de mal que possa ferir. Nosso Pedido de Informações servirá para orientar cada um dos srs. Deputados e desta maneira, podemos saber se o Estado do Paraná está ou não em dificuldade para pagar melhor seus funcionários; para conservar aquelas estradas abandonadas tão reclamadas desta Tribuna; para que o Estado do Paraná, através da Copel, possa fornecer aos Municípios energia elétrica mais em conta. A Sanepar hoje vem pressionando os Prefeitos do interior para que entreguem o Serviço de Água Municipal, caso contrário não dará nenhum financiamento para a expansão da rede de água municipal e vem, também cobrando dos usuários uma taxa realmente elevada. A Telepar vem explorando os usuários com altas tarifas.

Gostaríamos então de saber quanto o Estado vem gastando nesta grande campanha promocional.

A respeito do aumento do servidor público o Governador do Estado está se baseando numa lei federal que diz que o aumento deverá ser feito de ano em ano. Entretanto, gostaríamos de esclarecer que essa lei é o Ato Complementar n.º 30 baixado pela Junta Militar que Governou o Brasil. Esse Ato Complementar n.º 30 que estabelecia que os aumentos seriam concedidos de ano em ano não tem mais vigência, pois deixou de existir com a Constituição Federal de 1969. Se for alegado que não há instrumento legal para o Governo dar aumento lembramos que o Ato Complementar n.º 30 não tem mais vigência no Brasil.

Eram estes os esclarecimentos e o nosso apelo para que nosso Pedido de Informações não seja rejeitado, que não se esconda da Assembléia Legislativa a verdade publicitária que impera em nosso Estado.

Estamos com as Contas do Governo do Estado para dar paracer, como membro da Comissão de Tomada de Contas. O Governador gastou em publicidade em 1971 mais de 3 bilhões de cruzeiros antigos, e estamos analisando com todo o carinho as contas do Governo, mas seria oportuno um esclarecimento que hoje estamos solicitando ao Professor Pedro Viriato Parigot de Souza.

Era o que eu tinha a dizer. Sr. Presidente e Srs. Deputados, o apelo que formulamos como Deputado da Oposição.

Temos certeza que o eventual esclarecimento do Chefe do Poder Executivo Estadual virá também servir como orientação não apenas para nossa pequena Bancada mas também para todos os membros que compõem a Bancada do Governo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 39 Srs. Deputados.

Antes, queremos retificar o convite que fizemos aos srs. Deputados:

(Lê): "A Diretoria da SANEPAR sentir-se-á honrada com a ilustre presença de Vossa Excelência, na Palestra que promoverá no próximo dia 17, quinta-feira às 10,00 horas no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senhor Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, cujo tema versará sobre os seguintes assuntos:

1) Filosofia do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA;

2) Primeiro ano do Paraná no PLANASA;

3) Programa de Obras da SANEPAR;

4) Plano Tarifário.

Outrossim, informamos, que após a explanação dos assuntos em pauta haverá debates com os Senhores participantes.

Na certeza de podermos contar com a indispensável presença de Vossa Excelência, para o maior brilhantismo da Palestra, subscrevemo-nos mui atentamente

Engenheiro MUNIR SAAB,

Diretor Presidente")

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 39-73, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 204-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do Município de Assaí e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e CIP. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 200-71 de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste Município de Cascavel uma Escola Normal Estadual na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e CIP — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 204-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública o 5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ EM REGIME URGENCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 166-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que cria na sede do Município de Dr. Camargo um Ginásio de Comércio para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. COM SUBSTITUTIVO. — **Aprovação pelo Substitutivo, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 12-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que cria na cidade de São Jerônimo da Serra Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial com funcionamento a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e CIP. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 12-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de São Jerônimo da Serra Município do mesmo nome, uma escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

aa) — Dep. Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

São Jerônimo da Serra, Município pioneiro do norte velho do nosso Estado, em franco desenvolvimento ligado por sua tradição ao progresso de todo o norte do Paraná, ainda não possui uma Escola Normal Colegial tendo já em funcionamento por muitos anos um ginásio estadual havendo uma lacuna na falta deste Estabelecimento, e em consequência todos os anos a saída de estudantes para outras cidades para conclusão desse curso.

Apelo aos nobres Deputados pela aprovação desta Lei que muito beneficiará a região pioneira do nosso Estado, e atenderá uma justa reivindicação do povo daquele Município.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 12-71

AUTOR: Dep. Francisco Escorsin

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar Escola Normal em São Jerônimo da Serra.

PARECER

1. O presente projeto, de autoria do nobre Dep. Francisco Escorsin, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município de São Jerônimo da Serra uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972.

2. Nenhuma objeção, sob o aspecto legal, pode ser levantada em relação ao projeto ora examinado pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Losso

Candido M.M. de Oliveira

Sebastião Rodrigues

Muggiati Filho

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 12-71

PARECER

I — De autoria do Deputado Francisco Escorsin o plano de lei em exame autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972.

II — Com relação ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão se pronunciar, nada a opor.

Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1971.

aa) — Leopoldo Jacomel — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Gabriel Manoel

Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N.º 12-71

AUTOR: Dep. Francisco Escorsin

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar em São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal Colegial.

PARECER

I — Pretende o autor do presente plano de lei autorizar o Poder Executivo, a criar na sede do Município de São Jerônimo da Serra uma Escola Normal Colegial.

II — A educação é um onus estatal necessário e indispensável ao seu progresso e desenvolvimento, razão porque somos pela aprovação do projeto de lei em tela.

S.M.J é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — Antonio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Piteli

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Baleeiro ocorrido na última sexta-feira na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão do Projeto de Lei n.º 46-73 Mensagem 32-73 em virtude de encontrar-se em Regime de Urgência.. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Candido Martins de Oliveira constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 22-73; 25-73; 48-73; 56-73; 58-73; 57-73; 71-73; 79-73; 80-73; 84-73; e para os Projetos de Resolução n.ºs 28-73; 25-73; 15-73; 23-73; 16-73; 18-73; 30-73; 27-73; 26-73; 24-73; 31-73 17-73 para as Proposições n.ºs 1-73; 21-73; 88-73; 99-73 101-73; 103-73; 104-73; 105-73; 110-73; 112-73; 113-73; 118-73; 119-73 e para o Projeto de Resolução n.º 32-73, todos oriundos de Mensagens do Poder Executivo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella constante do Expediente, solicitando seja marcada, pela Presidência desta Casa, data para a instalação de uma Sessão Especial, destinada a homenagear os Constituintes de 1947, em especial o Sr. João Chede. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes encarecendo providências referentes a abertura de concorrência pública para o imediato asfaltamento da estrada Mauá-Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Governador do Estado no sentido de que se digne determinar providências com o objeto de regularizar juridicamente a situação do Pessoal Eventual que de há muito vem prestando sua colaboração à Administração Pública. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes no sentido de que se digne determinar efetivação de estudos visando a construção de ramal ferroviário de conexão entre a cidade de Jaguariava e a ferrovia Ponta Grossa — Itapeva. SP. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati constante do Expediente solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado sobre gastos do Estado, em publicidade. **Em discussão.**

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente para discutir.

O SR. PRESIDENTE — A discussão fica adiada para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para amanhã, quinta-feira di 17 à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 166-71.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 12-71

1.a Discussão — dos Projeto de Lei nos 146-71 e 46-73 e de Resolução nrs. 19-73; 20-73 e 21-73.

Marcando ainda para Sessão de sexta-feira, dia 18 às 10 horas a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.º 274-70, 114-71; 118-71; 236-71; 262-71; 156-72 e 100-72.

Levanta-se a Sessão.

Comissão Parlamentar de Inquérito

ATA DA SEXTA REUNIÃO

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões desta Assembléia com a presença dos Senhores Deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Gilberto Carvalho e João Calil Fadel Presidente foi realizada a sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Possíveis Irregularidades na Junta Comercial do Paraná. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos sendo aprovada, sem restrição a Ata da reunião anterior. A presente reunião tem por finalidade colher depoimentos dos Senhores Renato Sebastião, Artimonte e Alcindo Fanaya, conforme convocação feita através de ofícios aos Senhores Vogais da Junta Comercial do Paraná. A comissão ouve o depoimento primeiro e em separado, do Senhor Renato Sebastião Artimonte e em segundo também separadamente, do Senhor Alcindo Fanaya depoimentos esses que são assentados através de notas taquigraficas pelo Serviço de Taquigrafia desta Casa. Os depoimentos são devidamente anexados ao processo. O Senhor Presidente da Associação Comercial de Londrina, solicitando que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos referente a Junta Comercial do Paraná. Na mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a reunião marcando outra para segunda-feira, na qual serão ouvidos outros vogais da Junta Comercial do Paraná. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a reunião, marcando outra para segunda-feira. Para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Deputados Membros da Comissão e por mim, Rita Celestino Soares; Secretária desta Comissão.

Deputado JOÃO GALIL FADEL — Presidente

aa) Deputado ANTONIO LOPES JUNIOR

Deputado GILBERTO CARVALHO

Deputado SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR

Deputado MARCIANO BARANIUK

Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

ATA DA 1.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores Deputados: Antonio Lopes Júnior, Olavo Ferreira, Alvaro Dias e Rosário Pitelli. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: — PROJETO DE LEI N.º 282/70 — De autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São José do Caiuá, para entrar em funcionamento no próximo ano letivo. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 136/68 — De autoria do senhor Deputado Wilson Fortes que cria um Curso Ginásial no município de Marilena, e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 167/71 — De autoria do senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio em Jardim Alvorada, cidade de Maringá. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 274/70 — De autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Ivatã, distrito de Umuarama. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 362/68 — De autoria do

senhor Deputado Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo, dar nome de Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, a um dos estabelecimentos de ensino do Estado. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 225/71 — De autoria do senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 114/71 — De autoria do senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 177/71 — De autoria do senhor Deputado Sebastião Rodrigues Jr., que acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.871 de 6.11.68. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 200/71 — De autoria do senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar no Distrito de Cafelândia D'Oeste, município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual, na forma que especifica. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 154/71 — De autoria do senhor Deputado Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", do município de Terra Boa, e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 162/70 — De autoria do senhor Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do município de São Jerônimo da Serra, e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 118/71 — De autoria do senhor Deputado Wilson Brandão, que cria no bairro de Maringá Velho, comarca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar no ano letivo de 1972. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 166/71 — De autoria do senhor Deputado Wilson Brandão, que cria na sede do município de Dr. Camargo, um Ginásio de Comércio, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 165/71 — De autoria do senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio na Vila Operária da cidade de Maringá. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 220/70 — De autoria do senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Mariluz. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 272/70 — De autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 12/71 — De autoria do senhor Deputado Francisco Escorsin que cria na cidade de São Jerônimo da Serra, município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 80/71 — De autoria do senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 241/70 — De autoria do senhor Deputado Pinto Dias que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, município de Terra Rica. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 86/72 — De autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26/72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar Nova Redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.172, de 16.11.70, dispondo sobre a criação de um Curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 204/70 — De autoria do senhor Deputado Paulo Poli que autoriza o Poder Executivo, instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do município de Assaí, e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 289/70 — De autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Guairacá. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 140/71 — De autoria do senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, criar mediante decreto, uma Inspeção de Ensino em Capanema e com jurisdição nos municípios que especifica. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 237/71 — De autoria do senhor Deputado Basílio Zanusso que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de Atalaia, uma Escola Normal, Grau Secundário, para funcionar em 1972. PROJETO DE LEI N.º 285/70 — De autoria do senhor Deputado Olvírio Gabardo, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, nesta Capital e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 199/71 — De autoria do senhor Deputado Maurício Fruct, que cria um Ginásio Estadual na sede do município de Piên. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 207/70 — De autoria do senhor Deputado Erondy Silvério, que transforma em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade, nesta Capital. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 226/71 — De autoria do senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, criar como Fundação de Direito Público na forma da Legislação em vigor, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária no município de Francisco Beltrão. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 252/70 — De autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria um Ginásio Estadual, em Santo Antonio do Caiuá. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 138/71 — De autoria do senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de Laranjeiras do Sul, um Curso Científico para funcionar em 1972. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável com emenda. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 67/72 — De autoria do senhor Deputado Quêlise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, transferir a Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio, para o município de Colorado. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 146/71 — De autoria do senhor Deputado Domicio Scaramella, que cria um Ginásio Estadual no Bairro Rio da Areia, município de União da Vitória, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente

a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA REFORMA DA LEI ORGANICA DO I.C.M.

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos onze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às quinze quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, reuniram-se os senhores deputados Antonio Lopes Júnior, Erondy Silvério e Muggiati Filho, indicados pela Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro respectivamente, para comporem a Comissão Especial Para Estudo da Reforma da Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M., de acordo com o Regimento Interno, assumiu a presidência o senhor deputado Antonio Lopes Júnior, dando por instalada a referida Comissão. A seguir realizou-se a eleição e verificada a votação, constatou-se maioria de votos para os senhores deputados Antonio Lopes Junior e Muggiati Filho, para a Presidência e Vice-Presidência respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito o Senhor Presidente agradeceu a deferência de seus nobres pares, em seguida indicou como Relator Geral da matéria o senhor deputado Erondy Silvério. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando a próxima reunião para o dia 23 do corrente mês, segunda-feira, logo após a sessão plenária. E para constar lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretário e demais membros, para que produza os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1973.

(aa) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente
Agilides de Oliveira Martins — Secretário
Erondy Silvério
Muggiati Filho

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DA REFORMA DA LEI ORGANICA DO I.C.M.

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATIVA
ATA DA 1.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Antônio Lopes Júnior e contando com as presenças dos senhores deputados Erondy Silvério e Muggiati Filho, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo da Reforma da Lei Orgânica do Imposto de Circulação de Mercadorias — I.C.M. — Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Na Hora do Expediente o Senhor Presidente distribuiu aos Senhores Membros, um exemplar da Lei do I.C.M., em seguida esclareceu aos mesmos o motivo da reunião e as diretrizes para o bom desempenho da espinhosa incumbência que recai sobre nossos ombros, pois desta resolução estará sendo orientado todo o sistema fisco-arrecadador do Estado. Mas espera contar com seus nobres pares, que por certo não medirão esforços no sentido de que esta nobre missão tenha seu desfecho o mais profícuo, dado ao patriotismo e inteligência dos membros que compõem esta Comissão. Como nada constasse da Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Agilides de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quilise C. da Silva, contando com as presenças dos senhores deputados Gilberto Carvalho, João Fadel, Alvaro Dias e Francisco Scorsin. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião Anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: **PROJETO DE LEI N.º 273-67** — de autoria do Senhor Deputado Luiz Cruz, que transfere ao Departamento de Estradas e Rodagem, para efeito de manutenção, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguaiçu, São Jorge e Novo Bilac. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 140-71** — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar mediante decreto, uma Inspeção de Ensino, em Capanema e com jurisdição nos municípios que especifica. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 96-72** — de autoria do Senhor Deputado Francisco Scorsin, que autoriza o Poder Executivo conceder ao inválido Alao Rodrigues de Melo, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 122-72** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta) cruzeiros, a Aracy de Lara Machado, viúva de ex-funcionário público estadual. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 133-72** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Grandes Rios e Faxinal, passando pela cidade de Rosário. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 155-72** — de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel, que dá nova redação ao parágrafo 1.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6.296, de 7.7.72. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 176-72** — de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "Huberwarco", como especifica. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 178-72** — de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel M. de Oliveira, que revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o ar-

tigo 124 e seu parágrafo único da Lei n.º 5.849 de 25.9.68. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 185-72** — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo criar uma escola técnica, destinada a aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 207-72** — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que partindo de Realeza passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 209-72** — Iniciativa do Poder Executivo — Mensagem n.º 64-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir, a Fundação Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação Iparides), com personalidade jurídica de Direito Público, sede e foro nesta Capital e finalidades que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 211-72** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 63-72, encaminhando anteprojeto de lei que aliena ao Município de Pirai do Sul, mediante avaliação, o imóvel de propriedade do Estado, situado no Km. 156 da Estrada do Cerne no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, naquele Município. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 212-72** — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento Estadual de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o Município de Mar-meleiro, no Estado do Paraná, ao Município de Campo Ere, no Estado de Santa Catarina. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 9-73** — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 11-73** — de autoria do Senhor Deputado Francisco Scorsin, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estrada de Rodagem, para construção de uma ponte com 54 metros de vão sobre o Rio São Jerônimo, no referido Município. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 16-73** — de autoria do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Sabaudia. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 22-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 17-73 encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel — a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, para as finalidades que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 23-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 18-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1.8.69, na parte referente às séries de classes de técnico de laboratório, laboratorista e auxiliar de laboratório. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 24-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 21-73 encaminhando anteprojeto de lei que, objetiva criar os cargos em Comissão que especifica com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º grau, da sede escolar de ensino. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 37-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 22-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação do Art. 1.º, da Lei n.º 6.102, de 27.5.70. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 39-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 31-73 encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o quadro de pessoal da secretaria do Tribunal de Alçada. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13-73** — Iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça — ex-proposição n.º 210-72 — aprova convênio celebrado em 26.10.72, entre o Ministério da Saúde, Governo do Estado do Paraná e o Instituto do Cancer de Londrina, objetivando estabelecer normas para desenvolvimento da luta contra o cancer no Estado, como especifica. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14-73** — iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça — ex-proposição n.º 200-73 — Mensagem n.º 68-72 encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 22.11.72, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a União, objetivando estabelecer normas para a execução do Programa Especial de Vias Expressas, Progres, consubstanciado no Decreto Federal n.º 72.273, de 30.10.72. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-73** — de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça — ex-proposição n.º 18-73 — Mensagem n.º 3-73, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná — Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altônia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis, Cianorte e Sertãozinho objetivando fornecimento de equipamentos as Delegacias de Polícia locais. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19-73** — de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça — ex-proposição n.º 20-73 — Mensagem n.º 5-73, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do Funrespol e de verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20-73** — de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça — ex-proposição n.º 22-73 — Mensagem n.º 7-73, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida e Iguaçu, objetivando fornecimento de equipamentos as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21-73** — de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça — ex-proposição n.º 78-73 — Mensagem n.º 14-73, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do Funrespol e de verbas dos respectivos municípios aqui especificados. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reu-

não, da qual para constar eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) Quicise C. da Silva — Presidente
Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA
ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas e dez minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Domicio Scaramella e contando com as presenças dos senhores deputados Alvaro Dias, Marciano Baraniuk e Iris Caldart, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior, a seguir foi relatado o seguinte processo: **PROJETO DE LEI N.º 211-72**, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 63-72, encaminhando anteprojeto de lei que aliena ao Município de Pirai do Sul, mediante avaliação, o imóvel de propriedade do Estado, situado na altura do km. 156 da estrada do Cérne, no lugar denominado Estrada Velha ou Colônia do Pirai, naquele Município. Relator deputado Alvaro Dias, parecer favorável — Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Domicio Scaramella — Presidente
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE POLÍCIA
3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e três, às 14 horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, com a presença dos Senhores Deputados, Antonio Belinati, Antonio Franco Ferreira da Costa Filho e Nelson Buffara. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a ATA da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, sendo relatados os seguintes processos: **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21-73** — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 21-73 — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 78-73, que aprova Convênios Celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante Dotações do FUNRESPOL e de Verbas dos respectivos Municípios aqui especificados. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 20-73** — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 22-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vívica e Iguaraçu, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia Locais, mediante Dotações e verbas que especifica. Parecer: Favorável. Aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19-73** — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 26-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia Locais, mediante Dotações do Funrespol e de Verbas que especifica. Relator dos mencionados Projetos de Resolução o Deputado Estadual Antonio Franco Ferreira da Costa Filho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Secretário de Comissão e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Antonio Belinati — Presidente
Lóris de Barros — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 7.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes projetos: **PROJETO DE LEI N.º 274-70** — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Ivaí, Distrito de Umuarama. **PROJETO DE LEI N.º 114-71** — de autoria do deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Município de Doutor Camargo, para funcionar a partir do ano de 1972. **PROJETO DE LEI N.º 118-71** — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria no Bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual, para funcionar no ano de 1972. **PROJETO DE LEI N.º 262-71** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 41-71, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que a Secretaria da Fazenda regulará mediante instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira, e dá outras providências. **PROJETO DE LEI N.º 156-72** — de autoria do deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP, com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado situados naquela cidade, e dá outras providências. **PROJETO DE LEI N.º 23-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem não 18-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1-8-69, na parte referente às séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório. **PROJETO DE LEI N.º 39-73** — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 31-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a pre-

sente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 274-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Ivaí, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 114-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Dr. Camargo, um Ginásio Estadual, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 118-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 262-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Secretaria da Fazenda regulará, mediante instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira.

Art. 2.º — Fica revogada a Lei n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 156-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP, com sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado, de número 1 (um), 4 (quatro) 5 (cinco) e 6 (seis), da quadra n.º 9 (nove) da planta do patrimônio da cidade de Cascavel, ainda sob o domínio do Estado e os lotes de números 7 (sete) e 16 (dezesseis) da mesma quadra e, igualmente, da planta do patrimônio da cidade de Cascavel, conforme registro do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, sob n.º 15.408, fls. 140-1, do livro 3-AG, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2.º — A doação se destinará ao acervo da Fundação Universidade Oeste do Paraná — FUOP.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 23-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os Anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, passam, na parte referente às séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório, a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I				
GRUPO OCUPACIONAL SP-300 — LABORATÓRIO				
Código	Série de Classes	Nível	Acesso	N.º de Cargos
SP-301	Técnico de Laboratório	23	—	3
SP-301	Técnico de Laboratório	22	—	3
SP-301	Técnico de Laboratório	21	—	4
SP-301	Técnico de Laboratório	20	—	5
SP-301	Técnico de Laboratório	19	—	6
				20
SP-302	Laboratorista	17	Téc. de Labor.	8
SP-302	Laboratorista	16	—	12

SP-302	Laboratorista	15	—	16
SP-302	Laboratorista	14	—	20
SP-302	Laboratorista	13	—	24

"ANEXO III
LISTA DE ENQUADRAMENTO

.....	Técnico de Laboratório	23
.....	Técnico de Laboratório	22
.....	Técnico de Laboratório	21
Técnico de Laboratório 16	Técnico de Laboratório	20
Técnico de Laboratório 14	Técnico de Laboratório	19
.....	Laboratorista	17
.....	Laboratorista	16
.....	Laboratorista	15
Laboratorista 11	Laboratorista	14
Laboratorista 09	Laboratorista	13
Auxiliar de Laboratório 08	Laboratorista	13"

Art. 2.º — As vantagens financeiras decorrentes desta Lei serão devidas a partir da data de sua publicação, correndo as despesas à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73.

(aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente
Iris Caldart — Relator
Basílio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 39-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — É Criado, nos termos da Constituição Estadual o Quadro da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Os Cargos do Quadro referido no artigo anterior terão a quantidade, a classificação, as denominações os padrões e referências de vencimentos constantes das tabelas anexas, as quais se consideram parte integrante da presente Lei.

§ 1.º — Os cargos constantes da Tabela I são de provimento em comissão e serão preenchidas na forma da Lei.

§ 2.º — Os cargos constantes da Tabela II são de provimento efetivo e serão preenchidas na classe inicial, mediante aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos.

Art. 3.º — O provimento dos cargos criados por esta Lei será feito pelo Presidente do Tribunal de Alçada.

Art. 4.º — Os valores dos níveis atribuídos aos cargos efetivos, assim como a simbologia e valores dos cargos em comissão e funções gratificadas, são idênticos aos do Poder Executivo.

Art. 5.º — As funções gratificadas são as constantes da Tabela III, correspondendo à simbologia nela relacionada.

Art. 6.º — A gratificação de representação prevista no art. 172, inciso IV, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16-11-70, é aplicável aos servidores em efetivo exercício nos Gabinetes da Presidência e Secretaria Geral.

Parágrafo único — Os valores e o número das gratificações de que trata este artigo, serão os constantes da Tabela IV.

Art. 7.º — Estende-se, no que couber, aos servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada, a legislação atinente ao Código de Organização e Divisão Judiciárias e Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Art. 8.º — A estrutura administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Alçada, assim como as atribuições, responsabilidades e demais características e condições pertinentes aos ocupantes dos cargos relacionados nas Tabelas I e II, serão especificadas em regulamento a ser editado por ato da Presidência.

Art. 9.º — As disposições constantes do art. 137, do Código de Organização e Divisão Judiciária (Resolução n.º 1, de 26-6-70, do Tribunal de Justiça), bem como as constantes do art. 3.º, da Lei Estadual n.º 6.137, de 31-7-70, estendem-se, no que couber, ao Presidente, Vice-Presidente e Comissões Permanentes do Tribunal de Alçada, observadas as reduções do § 1.º art. 136, daquela Resolução.

Art. 10.º — Os cargos de Diretor-Secretário, Assessor de Recursos e Assessor Judiciário são privativos de bacharel em Direito, de comprovada experiência e reputação ilibada.

Art. 11.º — A carreira de Oficial Judiciário tem seu início no Nível TA-19 e a ela terão acesso, pelo critério de merecimento e antiguidade alternadamente, os ocupantes do cargo de Auxiliar Judiciário, Nível TA-18, respeitados os requisitos estabelecidos no Regulamento de que trata o art. 8.º, desta Lei.

Art. 12.º — Os títulos dos servidores cuja situação for alterada por esta Lei, serão apostilados pelo Presidente do Tribunal de Alçada.

Art. 13.º — Aplica-se no Tribunal de Alçada, no que couber, o disposto nas Tabelas I e II da Lei Estadual n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970.

Art. 14.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas ao Poder Judiciário, no orçamento vigente.

Art. 15.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-5-73

aa) **GILBERTO CARVALHO** — Presidente
IRIS CALDART e **BASÍLIO ZANUSSO** — Relatores

T A B E L A I

PARTE PERMANENTE — CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Número de Cargos	Denominação	Símbolo
1 (*)	Diretor-Secretário	2-C
1	Chefe de Gabinete da Presidência	2-C
5	Assessor Judiciário	2-C
1	Assessor de Recursos	2-C

2	Oficial de Gabinete da Presidência	3-C
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	6-C

(*) Cargo criado pela Lei Estadual n.º 6.137, de 31-7-1970.

T A B E L A II

PARTE PERMANENTE — CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Número de Cargos	Denominação	Nível
2	Oficial Judiciário	TA-23
2	Oficial Judiciário	TA-22
2	Oficial Judiciário	TA-21
2	Oficial Judiciário	TA-20
3	Oficial Judiciário	TA-19
3	Auxiliar Judiciário	TA-18
3	Auxiliar Judiciário	TA-17
3	Auxiliar Judiciário	TA-16
1	Datilógrafo	TA-16
2	Datilógrafo	TA-15
3	Datilógrafo	TA-14
1	Motorista	TA-16
1	Motorista	TA-15
2	Motorista	TA-14
1	Copeiro	TA-13
1	Copeiro	TA-12

T A B E L A III

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Denominação	Símbolo
Chefe de Divisão	2-F
Chefe de Seção	3-F
Chefe de Serviço	4-F
Oficial de Justiça	5-F
Auxiliar de Sessões	7-F

T A B E L A IV

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Número de Gratificações	Denominação	Valor
1	Diretor-Secretário	Cr\$ 300,00
1	Chefe de Gabinete da Presidência	Cr\$ 250,00
5	Assessor Judiciário	Cr\$ 200,00
1	Assessor de Recursos	Cr\$ 200,00
2	Oficial de Gabinete da Presidência	Cr\$ 200,00
1	Oficial de Gabinete da Secretaria	Cr\$ 120,00
3	Chefe de Divisão	Cr\$ 150,00
	Secretário de Câmara	Cr\$ 100,00

COMISSÃO DE FINANÇAS

7a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 3a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quíelise C. da Silva, contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, João Fadel, Antônio Lopes Júnior, Francisco Escorsin e Alvaro Dias. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 628-66 — de autoria do Senhor Deputado Arnaldo Busato que, declara de utilidade pública a "Sociedade Júlio Chevalier", de Francisco Beltrão, neste Estado. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado com substitutivo. PROJETO DE LEI N.º 437-67 — de autoria do Senhor Deputado Olivio Belich que, são providos ao Pósto de Graduação imediatos os militares, da Polícia Militar do Estado, incapacitados definitivamente, para o serviço ativo, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 569-67 — de autoria do Senhor Deputado Olivio Belich, que autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal no teto máximo estipulado em lei, a Otacilio Cordeiro Guimarães. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer solicitando diligência, junto a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a fim de que sejam tomadas as devidas providências para complementação de informações e retorno a esta Comissão, para parecer conclusivo. PROJETO DE LEI N.º 264-68 — de autoria do Senhor Deputado Jacinto Simões, que declara de utilidade pública, o Rotary Club da cidade de Rio Negro. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 233-69 — de autoria do Senhor Deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de Tijucas do Sul, o material remanescente do edifício onde funcionou o grupo escolar, na sede do município, atualmente em desuso. Relator Senhor Deputado João Fadel, requerendo seja o mesmo mantido em diligência a Secretaria de Viação e Obras Públicas, para realização de vistoria e retorno a esta Comissão. PROJETO DE LEI N.º 116-71 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt que estadualiza o ginásio cimecista de Santa Tereza, do Distrito do mesmo nome Município de Cascavel. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 154-71 — de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz de Moraes, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", do Município de Terra Boa, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 238-71 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo, con-

ceder bolsa de estudos a alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizado no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 125-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 33-72, encaminhando anteprojeto de lei do Poder Executivo — Companhia de Telecomunicações do Paraná — Telepar, o imóvel que especifica, situado em Caiobá, Município de Matinhos. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 165-72 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Scorsin, que autoriza o Poder Executivo construir através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com verba orçamentária própria, a linha energética da sede do Município de Sengés a sede do Distrito de Reianópolis. Relator Senhor Deputado João Fadel, devolvido ao autor para que o atualize. PROJETO DE LEI N. 200-72 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Scorsin que retifica o artigo 1.º da Lei n. 6.115, ficando declarada de utilidade pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande", com sede na cidade de Prudentópolis. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 206-72 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Sociedade Júlio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 208-72 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo, proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul no Município de Paranaguá. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 214-72 — de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Higienópolis com sede e foro na cidade de Londrina. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 215-72 — de autoria do Senhor Deputado digido de autoria do Executivo — Mensagem n. 65-72 — encaminhando anteprojeto de lei visando alienação de uma área de terreno com 210,00 m². remanescente do lote n. 122, da Planta Vila Marina, Centro Cívico, nesta Capital. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer pela devolução à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que seja dado parecer. PROJETO DE LEI N. 217-72 — de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, que oferece ex-emenda ao Projeto de Lei n. 195-72 adita redação que especifica. ao número 11. do artigo 56 do referido projeto de lei. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 1-73 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a convenção Batista Paranaense, com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 5-73 — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 7-73 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), à Edwignes Vitoslawski, ex-professora primária do Município de Almirante Tamandare. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 10-73 — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Cambira. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 13-73 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual, para funcionar em período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, bairro do Pinheirinho, nesta Capital e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 14-73 — de autoria do Senhor Deputado Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) ao ex-expedicionário Teodoro Antunes. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 15-73 — de autoria do Senhor Deputado José Muggiati Filho, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da Cidade de Araçongas. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 27-73 — de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública o "Instituto Cultural Filadélfia", da Cidade de Londrina. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 31-73 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara que, declara de utilidade pública a Associação "Centro de Movimento Social de Bateias", com sede e foro no Distrito de Bateias, Município de Campo Largo. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 32-72 — de autoria do Senhor Deputado Cândido M.M. de Oliveira, que declara de utilidade pública, a "Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná" — Fupep do Paraná — com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 33-73 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, o "Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida", de Curitiba. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 43-73 — de autoria do Senhor Deputado Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo passar à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Itaguapé e Colorado. Relator Senhor Deputado Gilberto Car-

valho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 46-73 — de autoria do Senhor Deputado digido de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 32-73 encaminhando anteprojeto de lei que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5-11-63 e 54-63, do mesmo ano e artigo 2.º da Lei 5.155 de 16-6-65. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 53-73 — de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que assegura na aposentadoria, as vantagens do artigo 172, inciso 3.º, da Lei n. 6.174 de 16-11-70, ao servidor público estadual ex-integrante da Força Aérea Brasileira, como especifica. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 57-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 37-73 — encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.002,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros), destinado a despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N. 59-73 — de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 44-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 15-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 2-72 — Mensagem n. 74-73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social e do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., para realizar estudos destinados ao desenvolvimento das Agro-Indústrias Paranaenses. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 16-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 17-73 — Mensagem n. 2-73, aprova convênio digido aprova acordo n. 10-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul Sudestral, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 18-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 19-73 — Mensagem n. 4-73, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaucha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas específicas. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 24-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem n. 12-73 — ex-Proposição n. 76-73 aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Paraisópolis do Norte e Jussara, objetivando a implantação do complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 25-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem n. 20-73 — ex-Proposição n. 89-73 aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, este, através dos Institutos Nacionais do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para as finalidades que especifica. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 26-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n. 11-73 — ex-Proposição n. 75-73, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 27-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 18-73, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a Assistência Farmacêutica gratuita em Municípios paranaenses. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 30-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 74-73 — aprova a convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba, visando a implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 31-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n. 77-73 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 32-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 102-73 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xamburé, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin. PROJETO DE LEI N. 17-73 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto que, declara de utilidade pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Francisco Scorsin, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

2a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

TERESINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO — Secretária